



PONTAL DO PARANAPANEMA: FOCO DE TENSÕES NA OCUPAÇÃO E LUTA PELA TERRA

Maria Celma Borges

Professora do curso de História, Departamento de Ciências Humanas,
Centro Universitário de Três Lagoas, UFMS.

Este artigo objetiva analisar a região do Pontal do Paranapanema, extremo sudoeste de São Paulo, chamando a atenção para as grilagens de terra e, de um outro lado, as várias formas de resistência dos indígenas, posseiros e sem-terra face a maneira como se instituiu o processo de ocupação nesta região. Ressalta-se as inúmeras táticas utilizadas pelos grandes fazendeiros do Pontal na expulsão dos posseiros e apropriação de suas terras.

Palavras-chave: Pontal do Paranapanema; terras; conflitos.

This article aims the analysis of the area of Pontal of Paranapanema, in Southwest of São Paulo, attracting the attention to the land grilagens (someone who takes over land with no documents) and, on another side, the several forms of the native resistance, rural workers and landless rural workers facing how the occupation process was instituted in this area. The several tactics used by the rich farmers of Pontal in the expulsion of the posseiros and appropriation of their lands is stood out.

Keywords: Pontal of Paranapanema; lands; conflicts.

*“enquanto os bois engordavam
tranquilos nas invernadas, as
crianças dos campeiros
morriam de fome”¹*

O Pontal do Paranapanema integra-se à Alta Sorocabana, sendo uma região, cuja ocupação, como em outros pontos do país, deu-se de forma conflituosa. As disputas pela posse da terra entre indígenas, posseiros e grileiros, posteriormente, a devastação das reservas florestais para a criação das fazendas, foram elementos característicos do processo de ocupação do Pontal.²

¹ Trecho da entrevista realizada com o padre Jesusos, no dia 15/08/94, na casa paroquial de Teodoro Sampaio, SP. Nesta parte da entrevista o padre estava referindo-se à postura do bispo D. Gonçalves, responsável pela Diocese de Presidente Prudente nos anos 60, sobre a condição de vida dos trabalhadores posseiros da região do Pontal.

² Para o estudo dos movimentos sociais no campo do Pontal do Paranapanema e especificamente de um caso de luta pela terra no município de Teodoro Sampaio - a gleba Ribeirão Bonito - foi necessário analisar e entender como se deu o processo de ocupação da região. Ressalta-se que esta discussão foi pontuada na Dissertação de Mestrado, intitulada: “Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito” (1970-1980), Unesp, Assis, 1996, quando analisamos as resistências e os acomodatamentos dos posseiros desta região, particularmente os da referida gleba.

Com uma extensão de 8.936 Km², o Pontal faz parte do Planalto Ocidental Paulista e compreende os municípios de Teodoro Sampaio, Sandovalina, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista, Santo Anastácio, Piquerobi, Caiuá, Estrela do Norte, Tarabai, Narandiba, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau e Presidente Epitácio. No ano de 1990, com a emancipação dos Distritos de Rosana e Porto Euclides da Cunha, anteriormente pertencentes a Teodoro Sampaio, foram acrescentados ao Pontal estes dois novos municípios.

Para uma análise do processo de ocupação desta região, de início, tomamos como referência o romance intitulado *Chão Bruto. A conquista do Extremo Sudoeste Paulista*, escrito na década de 1950, por Hernâni Donato, obra em que discorre a respeito da ocupação do Pontal do Paranapanema, chamando a atenção para as ações e estratégias dos grandes fazendeiros na expulsão dos posseiros do Pontal. Numa passagem significativa do referido romance, o autor observa:

“A gente que subia procurando boi e a que descia em arribada às boiadas começou a falar daquelas terras. E havia também a geografia, os mapas mostrando ao governo e aos olhos dos homens de negócios, aos ambiciosos e aos preocupados, que a terra não havia sido partilhada no papel. Esta gente alicerçou a sua cobiça com os papéis da lei, tapou os rasgões da consciência com os carimbos e os selos da lei, encheu as carteiras com as notas, as cartucheiras com balas. E correu para o Pontal. Isso foi pelos fins de 1906 e princípios de 1907”.(Donato, s/d:11)

Dando continuidade ao trecho acima, assinala: “Num dia qualquer a voz blandiciosa dos que tinham a lei no bôlso do casaco e os tiros dos que tinham a truculência na mira das carabinas, expulsaram o sossêgo antigo para a outra banda do Rio Paraná” (Donato, s/d:11).

O romance ao descrever a brutalidade e a violência que ocorriam nos campos do Pontal do Paranapanema denuncia, assim, as artimanhas dos grandes fazendeiros na expulsão dos antigos moradores.³ *A carabina*,

³ Em palestra proferida na Unesp/campus de Assis, no dia 27/09/95, Hernâni Donato discorreu acerca do seu trabalho como romancista. Refletindo sobre a produção da obra *Chão Bruto* relatou que num dos seus regressos do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, estando na Estação Ferroviária Sorocabana, deparou-se com um amigo de infância que, naquele momento, trabalhava como *capanga* para um dos grileiros do Pontal. A história narrada por esse amigo, das andanças pelo Pontal, inspiraram o autor. Donato comentou que em apenas 19 dias elaborou

a *bala e o fogo*, instrumentos costumeiros nas ações de despejo, foram apontados por Hernâni Donato referendando a forma como se dava a disputa pela terra na região.

Este romance também sinaliza para *o medo do progresso*, vivenciado pelos grandes fazendeiros em decorrência da vinda da Estrada de Ferro Sorocabana, a qual atrairia inúmeros contingentes populacionais para a região. Neste sentido, os grileiros viram a *necessidade* dos instrumentos de expulsão, já enumerados, serem rapidamente eficazes. Era preciso *marcar* a terra, *riscá-la* e ter a sua jurisdição, não importando quantas vidas tivessem que pagar por isso.

O cerco em volta do posseiro - o antigo morador - aumentava a cada dia. De um lado, o *monstro da ferrovia* trazendo o tão temido progresso, que também amedrontava esses moradores. De outro, as ações dos fazendeiros, *grilando*⁴ as terras, utilizando-se das artimanhas comuns ao processo de expulsão.

Portanto, para que o processo de ocupação se desencadeasse, os fazendeiros do Pontal utilizaram de várias outras táticas, como a falsificação de títulos de terras, queima de roças, assassinatos e os instrumentos costumeiros, adotados pelo poder do *fogo e da bala*. Objetivava-se, assim, a expulsão dos posseiros e consequentemente a apropriação das terras ocupadas por estes.

Cobra, referindo-se a forma como se davam as ocupações de terras na região do Paranapanema e o modo com que o Estado agia face às apropriações das áreas devolutas pelos “posseiros”⁵, observa:

a obra, façanha que não mais conseguiu realizar nos seus trabalhos posteriores. As observações sobre o processo de ocupação da terra no Pontal, contidas neste romance, referendam a sua utilização enquanto uma fonte histórica. Não foi a nossa preocupação discutir o fictício como real, ainda que esta questão mereça análises aprofundadas, mas entender este romance como uma construção de uma determinada abordagem a respeito do Pontal.

⁴ Sobre este ponto, consultar: LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Tese de Livre-Docência, Unesp, Presidente Prudente, 1981.

⁵ Cabe salientar que ao referir-se aos “posseiros”, Cobra discute particularmente os “grandes posseiros”, denominados “grileiros”. Desta forma o seu conceito de “posseiro” difere do termo que estamos utilizando no decurso deste texto, o qual refere-se aos antigos moradores, de pequenas posses, os quais produziam para a sua subsistência, tornando-se, na “corrida para as terras do Pontal”, um “entrave” ao grileiro.

“Aos posseiros deixou-se larga margem para arbítrio, podiam estender-se nessas declarações o quanto o seu arrojo alcançasse. A lei, antes de trancar a porta de entrada, convidou a entrar a todos quanto de fôra se achavam. Estes não fizeram cerimônias: afundaram pela propriedade devoluta a dentro até que elles proprios julgassem que bastava” (Cobra, 1923:21).

O geógrafo, Pereira Antonio, discorrendo sobre a ocupação da Alta Sorocabana, região onde está localizado o Pontal do Paranapanema, chama a atenção para o modo como se deu este processo:

“Nas apropriações indevidas, os grileiros para legitimarem suas posses tiveram que derrubar a mata e cultivar as terras, tornando-as produtivas, e o fizeram trazendo pessoas, no primeiro momento da ocupação, tais como; familiares, parentes, agregados, amigos e interessados. Num segundo momento, já com muitos casos de grilagens e litígios, trouxeram migrantes, geralmente do Nordeste brasileiro, contratados como arrendatários” (Antonio, 1990:12).

A história da ocupação da terra no Pontal do Paranapanema e a conseqüente formação de fazendas, foi movida pela presença de frentes pioneiras, oriundas, em fins do século XIX, de Minas Gerais e, no percurso deste século, de outras regiões, divisas com o Pontal do Paranapanema, como o Mato Grosso do Sul e Paraná, bem como do Nordeste.⁶

Porém, paralelo à discussão das frentes pioneiras, vale considerar as observações sobre as populações indígenas que habitavam o Vale do Paranapanema, realizadas pela incursão científica da Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, no ano de 1886, coordenada pelo engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio, a qual incumbiu-se do reconhecimento geológico do Vale do Paranapanema. Segundo esta Comissão: “O perigo das cachoeiras, o ataque dos bugres, os animais bravios, as enfermidades, a falta dos recursos nos sertões desconhecidos, eram narradas em cores tetricas aos que animavam a embarcar numa expedição que até então ninguém empreendera”.⁷ (grifo da autora)

Theodoro Sampaio, referindo-se ao indígena, assinala que não o via diretamente, mas a sua presença era sentida pelas *canoas encontradas*

⁶ Sobre esta questão, ver: MARTINS, J. S. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: *Cadernos do CERU*, n.5, 1972.

⁷ Ver: Comissão Geographica e Geológica da Província de São Paulo. *Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema por Theodoro F. Sampaio*. Relatório apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, Presidente da Província por ordem do Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, então Presidente da Província. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, página um.

às margens dos rios, amarradas às varas fincadas. Outra evidência da presença do indígena estava nas *veredas estreitas que o levava para dentro da mata* e, também, nos movimentos à distância de um remador *ao se esconder ou ao fugir apressadamente*.

O confronto entre as populações indígenas do Vale do Paranapanema e os homens brancos foi uma constante no histórico da ocupação da grande região do Paranapanema. Dentre as tribos indígenas que habitavam a região, salienta Cobra:

“(…) sobressahia a dos *Coroados*. A dos *Oitys*, índios dos serrados e capões, haviam desaparecido, exterminados pelos outros. *Chavantes* e *Cayuás*, duas outras, do valle do Paranapanema, não eram tão hostis, fosse por índole, fosse por um resto de catechese que lhe ficára das antigas reduções dos jesuitas, nas margens do Grande Rio. O coroadado, não: vivendo nos valles do Peixe, do Feio e do Tieté principalmente, jamais conhecera as vestes de um padre: era verdadeiramente selvagem” (Cobra, 1923:31).

Ainda sobre estas tribos, ressalta este autor: “estiveram senhoras de toda a extensão da bacia rio do Peixe até ao fim do século dezenove e principio do século vinte, quando desapareceram, exterminadas” (Cobra, 1923:135).

Estas populações, conforme Leite, ao serem invadidas as suas terras e ao serem atacadas e comprimidas entre as frentes pioneiras do leste e oeste do Paraná, reagem, não lhes restava outra opção, senão:

“(…) atacar, vez por outra, ao pôr-do-sol, ou ao amanhecer, as palhoças instaladas fortuitamente no seio da floresta. Matavam os homens, as mulheres, as crianças, as mulas, os bois e outra criação que houvesse. Depois roubavam ferramentas, destruíam plantações e finalmente, ateavam fogo às casas” (Leite, 1981:44).

Conforme Cobra, todavia, a reação do colonizador branco ao ataque das populações indígenas era extremamente brutal:

“(…) encontrando-se com as índias, a umas aprisionam, a outras matam, bem como aos indiozinhos, aos quaes conta-se que chegavam a levantar do chão ou da cama, atirá-los para o ar e espetá-los em ponta de faca; outras vezes, tomá-los pelos pés e dar com as suas cabecinhas nos paus, partindo-as. Às índias grávidas, rasgavam-lhes o ventre e depois de finda a carneficina, amontoavam os cadáveres sobre os quaes lançavam fogo bem como aos ranchos” (Cobra, 1923:91).

Cobra⁸, em sua obra, ainda que tenha dado um grande destaque ao *heroísmo* dos desbravadores, denuncia a maneira como eram efetivadas

⁸ Amador Nogueira Cobra foi testemunha ocular. A seguir, Giovanetti discorre sobre outros fatos envolvendo Amador N. Cobra.

as ocupações na região. As *dadas*, expedições realizadas contra as populações indígenas, como narrou este autor, marcaram violentamente a história dos habitantes das florestas do Paranapanema. Referindo-se às lutas travadas entre o branco e o indígena, afirma:

“Mas a lucta é desigual. O branco usa armas de fogo que o inimigo não possui. O combate não dura mais de meia hora; as balas dizem os que vêm de arco e flecha para a lucta. Cada indio que cahe é soccorrido por outro que o toma para o retirar, vivo ou morto, da refrega e assim são dois que deixam a linha de combate” (Cobra, 1923:141).

Desta forma, o quadro de violências sobre as populações indígenas, e, posteriormente, sobre os trabalhadores do campo, circunscreveu o histórico da região do Vale do Paranapanema. O Pontal, inserido nesta teia de violências, nos dias atuais, apresenta um quadro de conflitos permanentes entre sem-terra, fazendeiros e Estado.⁹ As ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e os assentamentos, provenientes destas ocupações, existentes na região, evidenciam um processo de lutas, construído historicamente por inúmeros conflitos.

A área hoje denominada Pontal do Paranapanema era parte integrante de uma antiga posse de terras conhecida como fazenda Pirapó-Santo Anastácio¹⁰, entretanto, a sua história se liga a uma outra posse, a fazenda Boa Esperança de Águapeí. A história das posses nesta região, como assinalamos, foi circunscrita pelo processo de usurpações realizados pelos grandes fazendeiros sobre as áreas devolutas do Estado e, conseqüentemente, sobre os posseiros.

Em relação à esta problemática, Vasques (1973), referindo-se ao grilo inicial da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, assinala o *jogo de nome dos rios*, uma das estratégias utilizadas pelos grileiros para distorcerem os

⁹ Nestes últimos anos, desde 1996, a problemática dos conflitos agrários no Pontal do Paranapanema tem sido uma constante nos noticiários regionais e nacionais, principalmente em relação a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, devido às inúmeras ocupações de áreas realizadas por este movimento, na região.

¹⁰ Para uma melhor compreensão do processo de grilagens de terra na região do Pontal, especificamente sobre o “grilo mãe” da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, consultar: ALMEIDA, R. A. de. *Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara*. Dissertação de Mestrado, Unesp, Presidente Prudente, 1996.

dados relativos à extensão da área, o que, posteriormente, viria ocasionar confusões imensas na análise cartográfica da denominada fazenda.

O Pontal do Paranapanema, *terra habitada por índios ou sertão desconhecido*¹¹, enfrentou, desde a sua ocupação e, particularmente, neste século, as inúmeras ações contraditórias do Estado. Propunha-se ações discriminatórias, mas ao não tomar as medidas cabíveis à resolução jurídica das terras, este, contribuiu para a devastação das áreas ecológicas da região e a substituição da paisagem nativa pelas pastagens.

A tese de Leite (1981) tem como eixo central a análise do problema das reservas florestais no Pontal. É, entretanto, um grande referencial para o nosso trabalho, devido ao fato de grande parte dessas reservas, como a Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio e o Parque Estadual do Morro do Diabo, localizado no município de Teodoro Sampaio, terem sido, numa vasta extensão de suas áreas, substituídas pelas pastagens para a engorda do gado bovino. Este pesquisador ao analisar o processo de ocupação das terras do Pontal do Paranapanema, declara: “a confusão gerada em processos de vendas de glebas de terras era enorme, isto se dava devido ao desenvolvimento do território e a localização duvidosa de acidentes geográficos, principalmente rios e nascentes” (Leite, 1981:53).

A respeito da violência empregada nos conflitos pela posse da terra no Pontal do Paranapanema, o autor afirma ainda que: “não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas de riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias em picadões recém abertos” (Leite, 1981:56).

O estudo deste pesquisador vem reforçar as observações da obra de Hernâni Donato, quando o romancista se refere às disputas entre os grandes grileiros de terras do Pontal, as tocaias e as perseguições, elementos característicos do processo de ocupação da região. Conforme Leite:

“Houve conflito entre os próprios grileiros, em contenda pelas mesmas terras, e não eram raros os grandes posseiros terem a seu soldo grupos de jagunços armados visando a expulsão de pequenos ocupantes. Houve época que ‘cada sitiante tornar-se-ia, com carabina em punho, o defensor extremo da (sua) cobichada gleba’ ” (Leite, 1981:46).

¹¹ Conforme assinalou Vasques, este conceito era bastante comum nas antigas cartas corográficas de duzentos anos atrás, quando se referiam a região do Pontal.

Hernâni Donato ao relatar a fala do personagem central de sua obra, capitão Paulo, aos seus homens, ressalta:

“A coisa não dá para brincadeiras. A parada está sendo jogada no tudo ou nada. Em São Paulo vão passar uma nova lei sobre terras devolutas. Muito figurão vai querer uma fatia grossa na repartição. É verdade que vocês não percebem isso, mas é isso o que está acontecendo. Nós que estamos aqui há tempos, vamos agir. Cozinhamos o bolo pra nossa mesa, não para o agrado dos arrivistas da capital. Agora mesmo, à tarde, me boto pra Santo Anastácio onde vou encostar as minhas cristas com as dos maiores grileiros. Vai ser um jogo de pôquer a doze mãos onde cada parada há de valer no mínimo mil alqueires e um punhado de vidas”. (Donato, s/d:15).

Na década de 40 deste século, o governador de São Paulo, engenheiro agrônomo Fernando Costa, procurando dar cumprimento aos decretos que deram origem às reservas florestais, propostos no ano de 1941, iniciou, no ano seguinte, através do Departamento Jurídico da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, investigações a respeito da validade dos títulos de propriedade dos fazendeiros do Pontal. Após os levantamentos e estudos da região, a Procuradoria chegou à seguinte conclusão: “nula e falsa a documentação do imóvel conhecido por Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, constituindo um grande ‘grilo’ da Alta Sorocabana, irmão xipófago do ‘grilo’ Boa Esperança do Aguapeí, existente na Alta Paulista” (Vasques, 1973:13).

Opondo-se ao decreto do Estado para a transformação de grande parte do Pontal em reservas florestais, os fazendeiros da região, utilizando-se do machado e das queimadas, colocaram abaixo milhares de árvores num dos desmatamentos mais rápidos de todo o país, cerca de 8 alqueires por dia. Em menos de 30 anos (1950 a 1978) as reservas florestais do Pontal do Paranapanema, foram devastadas.¹² A respeito dessas derrubadas, Vasques destaca que o mais importante “(...) não era serrar a madeira e sim derrubar a árvore. Quanto mais troncos caídos, mais seguro estaria o patrimônio do fazendeiro, pois a madeira caída podia ser colhida sem qualquer restrição, por parte das autoridades locais” (Vasques, s/d: 73).

Na região em que posteriormente seria criado o município de Teodoro Sampaio, reinavam inúmeras contendas nas disputas de terras, tendo em vista as

¹² Sobre este ponto, consultar: VASQUES, A. C. B. Instalação e abertura das grandes fazendas no Município de Teodoro Sampaio (Pontal do Paranapanema) - S.P. In: *Documentos Geográficos da Argeo.* s/d.

confusões de títulos, quase sempre considerados inválidos pelos processos judiciais. Diante disto, observa Leite que os mais estranhos negócios de terras eram realizados na região, incluindo o apoio de políticos como Adhemar de Barros, ex-governador do Estado de São Paulo, dentre outros (Barros, 1981:94-116).

Na década de 40, grandes glebas, partes da fazenda Cuiabá, representavam o cenário do extremo sudoeste do estado de São Paulo. Partes desta fazenda, algum tempo depois, foram retalhadas para que seus compradores pudessem negociá-las, aguardando, antes, a sua valorização. Naquele momento, o projeto de uma ferrovia, cortando parte das reservas florestais do Pontal, começava a ser articulado.

Em 1947, deu-se início aos levantamentos e medições das áreas do Pontal, com o objetivo de implantar um Ramal da Estrada de Ferro Sorocabana que atravessaria o Rio Paraná e chegaria a Ponta-Porã no Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, passando por Dourados. Daí o projeto ter como denominação *Ramal de Dourados*.

Com a inauguração deste projeto, as vendas de lotes nas glebas rurais e urbanas da área que formaria o município de Teodoro Sampaio aumentaram assustadoramente, atraindo para a região, principalmente, os migrantes do Nordeste e do Paraná, hoje o principal percentual da população local.

No ano de 1951, salienta Vasques (1973), constituiu-se o grupo que iria construir a cidade de Teodoro Sampaio, através da Organização Colonizadora Engenheiro Theodoro Sampaio. Esta firma colonizadora, com sede na cidade de Marília, teve como fundadores José Miguel de Castro Andrade e Odilon Ferreira, responsáveis pela fundação do povoado de Teodoro Sampaio, em janeiro de 1952.

Vasques critica o papel desempenhado por esta Companhia Colonizadora nos loteamentos das áreas rurais e urbanas da área em que, posteriormente, seria criado o município de Teodoro Sampaio. Esta crítica fundamenta-se não só em função da falta de incentivos à fixação do homem na terra, mas também aos interesses próprios desta Companhia pelo fato de reservar para si grandes áreas que, num momento posterior, foram loteadas com preços elevados.

Fernandes, ao analisar a luta pela terra no estado de São Paulo, faz um breve histórico da região e dos conflitos agrários do Pontal do

Paranapanema. Segundo este pesquisador: “A grilagem das terras no Pontal é de conhecimento geral e faz parte da história e do imaginário social de toda a população da região”. Este autor ainda afirma: “Com exceção de alguns acordos políticos realizados entre grileiros e o Estado, as terras griladas do Pontal, encontram-se até hoje sem uma solução jurídica”. (1994:83)

Leite, num artigo intitulado *O morro do diabo*, assinala que a década de 40 foi um marco na história do Pontal do Paranapanema haja vista a grande procura de terras na Alta Sorocabana. Isto fez com que as terras fossem valorizadas excessivamente, resultando na derrubada da mata tropical que cobria as áreas ecológicas da região. No mesmo artigo, este geógrafo chama a atenção para o *golpe de arrematação* ocorrido no Pontal do Paranapanema. Segundo ele:

“O golpe de arrematação consistiu em levar a hasta pública, algumas Glebas situadas dentro do Perímetro da área reservada, por falta de pagamento dos impostos territoriais. Os arrematantes obteriam assim, um título legalmente fornecido pela justiça da Comarca” (O Imparcial, 05/06/84).

O denominado *golpe de arrematação* foi uma das estratégias do poder público da região para a legitimidade do que era para este mesmo considerado ilegal, ou seja, a derrubada das reservas florestais e a ocupação de áreas devolutas pertencentes ao Estado.

Leite acentua que o poder público, nos anos 60, além de legalizar a ilegalidade no chamado *golpe de arrematação*, autorizou também a abertura de clareiras para a implantação dos trilhos do *Ramal de Dourados*, continuidade da Estrada de Ferro Sorocabana. No ano de 1982, o poder público construiu, dentro da reserva ecológica do Morro do Diabo, um aeroporto para uso da Cesp e de pequenos aviões pertencentes aos fazendeiros da região.

As terras do Pontal do Paranapanema, na década de 40, como assinalado anteriormente, foram decretadas pelo governo de São Paulo como área prioritária para a preservação da flora e da fauna, porém os fazendeiros do Pontal fizeram vistas grossas ao decreto de 1941 e procuraram rapidamente incrementar o processo de destruição dos espaços ecológicos da região.

Emideo Severino da Silva, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nos anos 80, num artigo denominado *Proposta dos fazendeiros é tida como ‘incoerente’*, discorre sobre os títulos de terras dos fazendeiros do município de Teodoro Sampaio e da região do Pontal, ressaltando que:

“nunca foram reconhecidos judicialmente pelo Estado e, embora sua origem remonte há mais de um século, é sabido que são frios e que, contra terras públicas, não há usucapião ou qualquer direito nominal, exceto indenização pelas benfeitorias” (O Imparcial, 24/01/84).

Este advogado ao apresentar a situação litigiosa das áreas ocupadas no Pontal do Paranapanema observa que *mesmo que remontem há mais de um século, os títulos são frios*, demonstrando, assim, os abusos cometidos contra as terras pertencentes ao Estado e, em consequência, contra os posseiros.

A este respeito, é interessante retomar um trecho do romance *Chão Bruto*, no momento em que Hernâni Donato narra a partida de Libêncio e sua filha, posseiros, expulsos pela truculência dos grandes fazendeiros do Pontal:

“Apronte a trouxa menina, isso sim, pois já não temos nem casa, nem terra! Não sabe que esta terra é do ‘grilo’ e não vale um canudo de pito e suor pingado por um homem a vida inteira? O que vale agora é o dinheiro de um, o bom nome de outro, a força de quem tem e de quem manda. Adeus menina, diga adeus pra dama-da-noite que sua mãe deixou recomendada! Apronte-se que minuto mais, minuto menos, temos que nos por a caminho” (Donato, s/d:54).

Os trechos, tanto de Emideo Severino da Silva, referente aos títulos de terras, como o de Hernâni Donato, em seu *Romance Mural*, sinalizam para o processo de usurpações de que foi palco o Pontal do Paranapanema. Evidenciam, desta maneira, a situação dos posseiros diante do processo de grilagens de terras nesta região.

Vasques ao tecer reflexões sobre o processo de ocupação das terras no município de Teodoro Sampaio, após apontar o problema do desmatamento da reserva florestal do Morro do Diabo, uma das questões centrais de seu trabalho, faz a seguinte indagação:

“E o homem - o lavrador, o madeireiro, o pioneiro, o mateiro cortador de árvores, o fogueiro das serrarias, e mil outros, onde foi colocado perante todos estes fatos e indagações? O que aconteceu ao homem - razão de todo o progresso - se a área está deserta e coberta de pastos e bois?” (Sampaio, 1973:17).

As indagações deste pesquisador em relação ao destino dado ao homem, *razão de todo o progresso*, enuncia a situação vivenciada pelos posseiros, transformados em trabalhadores arrendatários das fazendas do Pontal, os quais ao término do contrato, normalmente de dois a três anos, desocupavam as áreas, partindo em busca de novas paragens onde pudessem permanecer por mais algum tempo.

Refletindo sobre a situação desses trabalhadores que, *mudavam de cenário a cada dois ou três anos, sem nunca conseguirem algo de seu*, Vasques denuncia: “os senhores das fazendas que, por um senão qualquer colocavam na rua dezenas de famílias, deixando-as mais pobres do que quando chegaram”. Segundo o autor:

“para retirar a ‘soqueira’ da derrubada e plantar capim, arrendavam-se as terras, recém ocupadas com mata, por dois anos a 30% da colheita, a ‘seco’ (sem fornecer nada) e, neste prazo, o lavrador deveria plantar, colher e deixar a terra com capim plantado - uma touceira de capim a cada metro - em todos os sentidos, retirando-se obrigatoriamente em seguida” (Vasques, 1973:18).

Ainda sobre os posseiros desta região, particularmente do município de Teodoro Sampaio, sujeitos ao contrato de arrendamento, assinala:

“De terra praguejada para terra praguejada, arrastando nessa peregrinação centenas e centenas de famílias - pais, mães, filhos - pois poucos são os avós que resistem a isto, os pseudo-agricultores e a pseudo-agricultura subsiste a enganar os menos avisados. Jamais souberam o que é viver, rir, progredir, estudar. No entanto, são mestres e dão lições sobre chorar, sofrer, calar e andar...” (Sampaio, 1973:19).

As observações deste autor são reveladoras da maneira como se deu a ocupação do município de Teodoro Sampaio e da região do Pontal. Expressam, assim, a denúncia da violência empregada pelos fazendeiros sobre os lavradores no processo de trabalho e condições de vida. Entretanto, a respeito destes trabalhadores, Vasques expõe uma história de derrotados, permeada pela angústia e pelo sofrimento. É preciso acentuar, todavia, que alguns lavradores do Pontal, reagiram à situação estabelecida pelos contratos comumente empregados na região.

Se num primeiro momento, os posseiros foram expulsos pelo grande fazendeiro - os grileiros -, num momento posterior, retornaram à cena como trabalhadores da fazenda. A situação, porém, inverteu-se, tornaram-se novamente posseiros, constituindo as glebas e dando um *novo* teor ao processo de lutas. Resistiram e se acomodaram - *velhos* sujeitos sob uma *nova* condição.¹³ As glebas Santa Rita, Ribeirão Bonito e XV de Novembro, constituídas no decurso de fins dos anos 60 até os anos 80, referendam esta afirmativa.

¹³ Sobre este ponto, é interessante consultar: CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

No percurso da década de 1970 e particularmente na de 80, foram os posseiros e sem-terra que reivindicaram a posse da terra. O Estado passou a atuar como um dos mediadores da relação de conflito. As grandes propriedades foram sendo ocupadas evidenciando um processo histórico que não se deu de forma pacífica e linearmente, pelo contrário, apresentou conflitos constantes que tiveram a sua fundamentação no próprio processo desencadeado pelos movimentos sociais na ocupação de terras na região do Pontal do Paranapanema.

O quadro de concentração fundiária e as desigualdades sociais, acarretadas pelo próprio processo de ocupação da região, contribuíram para que os conflitos agrários fossem uma constante na história do município de Teodoro Sampaio¹⁴ e em todo o Pontal. Nos dias atuais, o MST tem uma participação ativa no processo de luta pela terra nesta região, demonstrando a possibilidade de reflexão sobre a emergência dos “novos” sujeitos, que não são tão novos no cenário do Pontal.¹⁵

Assim, frente ao quadro de conflitos agrários, não se pôde negar a existência de violências sobre os trabalhadores rurais do Pontal. As condições históricas de apropriação da terra e de vida evidenciam esta situação: o grande número de bóias-fria, os permanentes conflitos de terras, a situação de instabilidade e miséria dos posseiros, dentre outras questões, delineiam a problemática apontada. Porém, faz-se necessário entender as relações internas e externas estabelecidas pelos trabalhadores desta região na luta cotidiana para a permanência e subsistência na terra, dando novos contornos à uma terra “quase consagrada pelo grilo”.

¹⁴ Cabe salientar, todavia que, desde os anos 90, particularmente a partir das ações do MST, vem ocorrendo uma mudança substancial na estrutura fundiária de concentração de terras da região do Pontal, bem como no sentido social de questionamento da propriedade da terra, em vista da implantação de inúmeros assentamentos, “pacificando os conflitos que vinham se acirrando desde 1990”, conforme (trecho entre aspas) observações do ITESP. (Cadernos ITESP, Terra e cidadãos: aspectos da Ação de Regularização Fundiária no Estado de São Paulo).

¹⁵ Para uma reflexão sobre o papel do MST no Pontal do Paranapanema, consultar: FERNANDES, B. M., *Espacialização e Territorialização da Luta pela terra: a formação do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, USP, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. *Diferentes modos de organização de explorações familiares no Pontal do Paranapanema: Reassentamento Rosana e Assentamento Santa Clara*. Dissertação de Mestrado, Unesp, Presidente Prudente, 1996.
- ANTONIO, Armando Pereira. *O movimento social e a organização do espaço rural nos Assentamentos Populacionais dirigidos pelo Estado: Os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960 a 1990*. Tese de Doutorado, USP, 1990.
- BORGES, Maria Celma. *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980)*. Dissertação de Mestrado, Unesp, Assis, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COBRA, Amador Nogueira. *Em um Recanto do Sertão Paulista*. São Paulo: Tipografia Hennyges, 1923.
- DONATO, Hernani. *Chão Bruto. A conquista do Extremo Sudoeste Paulista*. São Paulo: Melhoramentos, 6. ed, s/d.
- FERNANDES, Bernardo M. *Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, USP, 1994.
- LEITE, José Ferrari. *A Ocupação do Pontal do Paranapanema*. UNESP, Pres. Prudente, Tese de Livre-Docência, 1981.
- MARTINS, José Souza. Frente Pioneira: Contribuição para uma caracterização sociológica In: *Caderno do CERU*, São Paulo, n. 05, 1972.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Pólis/Hucitec, 1984.
- SAMPAIO, Theodoro. Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. In: *Boletim da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo*. São Paulo, Typographia King, n.4, 1890.
- VASQUES, Antonio Carlos B. *A Evolução da Ocupação das terras no Município de Teodoro Sampaio - S.P.* Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, 1973.
- . Instalação e abertura das grandes fazendas no Município de Teodoro Sampaio (Pontal do Paranapanema) - S.P. In: *Documentos Geográficos da Argeo*. Unesp, s/d.